

## EDITAL 001/2026

### PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DISPONÍVEIS E FORMAÇÃO DO QUADRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, LATO OU STRICTO SENSU, DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO.

A **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DE PROVAS E EXAMES PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**, nomeada pela Portaria n° 2628/2026, de 14 de abril de 2026, com fundamento no Regulamento do Programa de Estágio de Pós-Graduação, *lato ou stricto sensu*, aprovado pela Resolução n° 04/2025-CONSUP, de 27 de agosto de 2025, resolve tornar pública a abertura de processo seletivo para preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva para estágio de pós-graduação em Direito.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo destina-se ao preenchimento de 15 (quinze) vagas disponíveis e à formação de cadastro reserva para estágio de pós-graduação em Direito no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe.

1.1.1 O processo seletivo destina-se a bacharéis em Direito que estejam regularmente matriculados em curso de pós-graduação em Direito, *lato ou stricto sensu*, em instituição de ensino superior oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, a qual deverá possuir convênio vigente com a Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe, nos termos da regulamentação interna.

1.1.2 A ausência de convênio vigente entre a instituição de ensino e a Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe inviabiliza a participação do candidato no programa de estágio.



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Página:2 de 14

1.2 O estágio será regido pela Lei nº 11.788/2008 e pela Resolução nº 04/2025 - CONSUP.

1.3 As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade da Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária.

1.4 O estágio será remunerado mediante bolsa mensal no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), acrescida de auxílio-transporte no valor mensal de R\$ 130,00 (cento e trinta reais).

1.5 O estágio terá duração máxima de 2 (dois) anos.

1.6 A jornada de estágio será de até 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

1.6.1 O estágio assegurará ao estudante recesso remunerado de 30 (trinta) dias a cada 12 (doze) meses de atividade, nos termos da Resolução nº 04/2025.

1.7. São requisitos para participação no processo seletivo:

I - possuir diploma de curso superior em Direito, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação;

II - estar regularmente matriculado(a) em curso de pós-graduação em Direito, em instituição de ensino superior oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, a qual deverá possuir convênio vigente com a Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe, nos termos da regulamentação interna, devendo a matrícula ser mantida durante todo o período de realização do estágio, como condição indispensável para permanência no programa;

III - comprovar, no momento da convocação, a regularidade da matrícula e frequência no curso de pós-graduação.

1.8. A participação de servidor público será admitida, desde que haja compatibilidade de horários e ausência de conflito de interesses, nos termos da Resolução nº 04/2025-CONSUP.

## 2. DAS INSCRIÇÕES

**2.1. As inscrições preliminares serão realizadas exclusivamente pela internet, por meio do site oficial da Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe (concursos.pge.se.gov.br), no período de 23/04/2026 a 13/05/2026, até as 23h59min (horário oficial de Brasília).**



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Página:3 de 14

2.2. No ato da inscrição preliminar, o sistema gerará automaticamente QR Code para pagamento da taxa de inscrição via PIX.

2.3. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 40,00 (quarenta reais), até 13/05/2026.

2.4 A inscrição somente será validada após a confirmação do pagamento da taxa e o envio do respectivo comprovante por meio do sistema eletrônico, na área "Minhas Inscrições" e clicando no botão "Anexar Comprovante".

2.5 A relação preliminar das inscrições deferidas será divulgada até o dia 15/05/2026, nos sites [concursos.pge.se.gov.br](http://concursos.pge.se.gov.br) e [pge.se.gov.br](http://pge.se.gov.br).

2.6 A participação do candidato no processo seletivo dependerá do correto preenchimento do formulário eletrônico e da validação da inscrição, mediante pagamento da taxa prevista neste edital.

2.7 A Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe não se responsabiliza por solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas ou quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2.8 Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto à Corregedoria-Geral da PGE/SE, por meio dos canais oficiais divulgados no site institucional.

2.9. O prazo das inscrições poderá ser prorrogado por ato da Presidente da Comissão de Coordenação de Provas e Exames Para Seleção de Estagiários.

### **3. DA RESERVA DE VAGAS**

3.1 Serão reservadas vagas aos candidatos com deficiência e aos candidatos negros.

3.2 Será assegurada a reserva de 10% (dez por cento) das vagas para pessoas com deficiência, conforme artigo 17, § 5º da Lei nº 11.788/2008.

3.3. O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá declarar essa condição no ato da inscrição, bem como indicar, se for o caso, a necessidade de atendimento especial para realização da prova, especificando as adaptações requeridas.

3.3.1. A comprovação da condição de pessoa com deficiência será exigida apenas no momento da convocação, mediante apresentação de laudo médico atualizado, que ateste a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

3.3.2. O não atendimento ao disposto neste item implicará a perda do direito às vagas reservadas, permanecendo o candidato na lista de ampla concorrência, desde que aprovado.

3.3.3. A solicitação de atendimento especial para realização da prova não implica, automaticamente, o deferimento da condição de pessoa com deficiência, sendo analisada pela comissão organizadora conforme a viabilidade e a razoabilidade do pedido.

3.4 Ficam reservadas aos candidatos negros 10% das vagas oferecidas, nos termos da Lei Estadual 8.331/2017, sendo que tais

candidatos participarão em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5 Só poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem negros ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça no padrão utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

3.6 A autodeclaração poderá ser verificada pela comissão do processo seletivo.

3.7 A reserva de vagas será aplicada no momento da convocação dos candidatos aprovados.

3.8 Na hipótese de quantitativo fracionado, esse será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de que a fração for menor que 0,5 (cinco décimos).

#### **4. DA SELEÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO**

4.1. O processo seletivo será composto por prova objetiva e prova discursiva, ambas de caráter eliminatório e classificatório.

4.1.1. A prova objetiva será composta por 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha (alternativas A, B, C, D e E), elaboradas em conformidade com o conteúdo programático constante no Anexo I deste edital, distribuídas entre as seguintes disciplinas:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES
DIREITO CONSTITUCIONAL	10
DIREITO ADMINISTRATIVO	10
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	07
DIREITO TRIBUTÁRIO	07
DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL	05
DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO	05
DIREITO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO	03
DIREITO AMBIENTAL	03
TOTAL	50

4.2. Cada questão da prova objetiva valerá 01 (um) ponto.

4.3. A prova objetiva valerá 50 (cinquenta) pontos, sendo eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo, 25 (vinte e cinco) pontos.

4.4. A prova discursiva valerá 50 (cinquenta) pontos e consistirá em uma questão subjetiva, podendo abranger quaisquer das disciplinas previstas neste edital.

4.4.1. Os critérios de correção das provas discursivas observarão os princípios da objetividade, isonomia e transparência, considerando, entre outros aspectos, o domínio do conteúdo jurídico, a clareza da exposição, a coerência argumentativa, a capacidade de fundamentação e a correção gramatical.

4.5. Não serão corrigidas as provas discursivas dos candidatos não habilitados na primeira fase.

4.6. Será eliminado o candidato que não obtiver, no mínimo, 25 (vinte e cinco) pontos na prova discursiva.



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Página:7 de 14

4.7. A nota final do candidato corresponderá à soma das pontuações obtidas na prova objetiva e na prova discursiva.

4.8. Em caso de empate na nota final, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:

4.8.1. maior nota na prova discursiva;

4.8.2. maior nota na prova objetiva;

4.8.3. maior idade.

4.9. A prova objetiva será realizada no dia 24 de maio de 2026, das 13h às 18h, na Faculdade de Direito 8 de Julho, localizada na Rua Antônio Andrade, nº 1190, Bairro Coroa do Meio, Aracaju/SE, CEP 49035-050.

4.10 O local e a data de realização da prova poderão ser alterados, mediante prévia divulgação nos sítios eletrônicos [pge.se.gov.br](http://pge.se.gov.br) e [concursos.pge.se.gov.br](http://concursos.pge.se.gov.br), com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

4.11. É de responsabilidade do candidato acompanhar as publicações referentes ao processo seletivo.

4.12. Os portões de acesso serão abertos às 12h, devendo o candidato apresentar-se até as 12h45min, quando ocorrerá o fechamento, munido de documento de identidade original, comprovante de inscrição e caneta esferográfica de tinta preta.

4.13. Será excluído do processo seletivo o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário de fechamento dos portões;
- b) não comparecer à prova, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento oficial de identificação;
- d) ausentar-se da sala sem autorização ou desacompanhado de fiscal;
- e) ausentar-se do local antes de decorrida 1 (uma) hora do início da prova;
- f) fazer anotação de respostas em meio não autorizado;
- g) ausentar-se levando a folha de respostas ou o caderno de questões antes do horário permitido;
- h) portar arma, ainda que possua porte, salvo nos casos previstos em lei e previamente autorizados pela organização do processo seletivo;
- i) utilizar meios ilícitos para a realização da prova;
- j) não devolver integralmente o material recebido;
- k) for surpreendido em comunicação com outros candidatos ou utilizando material não permitido;
- l) estiver utilizando aparelhos eletrônicos, tais como celulares, relógios, fones de ouvido ou similares;

m) perturbar a ordem dos trabalhos;

n) utilizar-se de qualquer meio fraudulento, ainda que não especificado neste edital.

4.14. Somente será permitida a saída do candidato da sala de provas, transcorrida 01 (uma) hora do seu início.

4.15. O candidato somente poderá retirar-se do local levando o caderno de questões após decorridas 4 (quatro) horas do início da prova.

4.16. Ao término da prova, o candidato deverá entregar ao fiscal a folha de respostas e, se for o caso, o caderno de questões, conforme disposto neste edital.

## 5. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

5.1 Os resultados de cada etapa do processo seletivo serão divulgados nos endereços eletrônicos [pge.se.gov.br](http://pge.se.gov.br) e [concursos.pge.se.gov.br](http://concursos.pge.se.gov.br).

5.2 Caberá recurso contra:

I - o gabarito oficial da prova objetiva;

II - o resultado provisório da prova objetiva;

III - o resultado provisório da prova discursiva;

IV - o resultado final provisório.

5.3 O prazo para interposição de recurso será de 01 (um) dia útil, contado da publicação do respectivo resultado.

5.4 O recurso deverá ser interposto mediante preenchimento de formulário próprio (Anexo III), devidamente fundamentado, contendo:

I - argumentação lógica e consistente;

II - identificação do candidato;

5.5 O recurso deverá ser encaminhado exclusivamente para o e-mail [concursoestagio@pge.se.gov.br](mailto:concursoestagio@pge.se.gov.br).

5.6 Não serão conhecidos recursos interpostos fora do prazo, por meio diverso do previsto neste edital ou sem a devida fundamentação.

## **6. DA CONTRATAÇÃO**

6.1 A convocação dos candidatos aprovados será realizada por meio de edital publicado nos endereços eletrônicos [pge.se.gov.br](http://pge.se.gov.br) e [concursos.pge.se.gov.br](http://concursos.pge.se.gov.br), observada a ordem de classificação.

6.2 O candidato convocado deverá, no prazo de 03 (três) dias, encaminhar para o e-mail [concursoestagio@pge.se.gov.br](mailto:concursoestagio@pge.se.gov.br) os seguintes documentos:

I - declaração pessoal, conforme Anexo II deste edital;

II - comprovante de matrícula atualizado em curso de pós-graduação em Direito (emitido há, no máximo, 30 dias), devendo o estagiário manter essa condição durante todo o período do estágio;

III - documento de identificação oficial com CPF;

IV - cópia do comprovante de residência;

V - cópia de Carteira de Trabalho;

VI - cópia do Título de Eleitor;

VII - currículo com foto;

VIII - 01 (uma) - foto recente, tamanho 3x4;

IX - laudo médico atualizado, para os candidatos que concorreram às vagas reservadas no item 3.3, deste edital.

6.3 A não apresentação de qualquer dos documentos exigidos implicará a não contratação do candidato.

6.4 O candidato convocado poderá, no prazo previsto no item 6.2, renunciar à sua classificação, sendo reposicionado ao final da lista de aprovados.

6.5 Após a análise da documentação, o candidato será convocado para, no prazo de até 05(cinco) dias, firmar o Termo de Compromisso de Estágio e iniciar as atividades.

6.6 Será considerado desistente o candidato que, regularmente convocado, não comparecer para assinatura do Termo de Compromisso no prazo estabelecido.

6.7 A contratação dar-se-á sem vínculo empregatício, mediante assinatura do Termo de Compromisso de Estágio firmado entre a Procuradoria-Geral do Estado, a instituição de ensino e o estagiário.

## **7. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO**

7.1 O processo seletivo terá validade de 02 (dois) anos, a contar da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração e mediante ato do Procurador-Geral do Estado.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

8.1. A carga horária do estágio será definida pela Procuradoria-Geral do Estado conforme a necessidade do serviço, observado o limite mínimo de 20 (vinte) horas semanais e o máximo previsto no item 1.6, devendo ser cumprida preferencialmente no turno da tarde.

8.2. Será assegurada ao estagiário a percepção de bolsa de estágio e auxílio-transporte, nos termos da regulamentação interna da Procuradoria-Geral do Estado, proporcionais à frequência.

8.3. Compete à Corregedoria-Geral da Procuradoria-Geral do Estado a lotação do estagiário, observada a necessidade do serviço.

8.4. A organização do processo seletivo será atribuída à Comissão de Seleção designada por ato do Procurador-Geral do Estado, composta por Procuradores do Estado.

8.5 O estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza com a Procuradoria-Geral do Estado.

8.6. Os prazos previstos no presente edital serão contados em dias úteis.

8.7. Consideram-se prorrogados os prazos até o primeiro dia útil subsequente, quando o vencimento recair em dia sem expediente na Procuradoria-Geral do Estado.

8.8. O estagiário será desligado do programa na hipótese de perda da condição de estudante regularmente matriculado em curso de pós-graduação em Direito, a qualquer tempo, durante a vigência do estágio.

8.9. É vedada ao estagiário a prática de atos privativos de Procurador do Estado, especialmente aqueles que impliquem representação judicial ou administrativa do Estado, devendo suas atividades ser desenvolvidas sob supervisão.

8.10. A convocação dos candidatos aprovados observará rigorosamente a ordem de classificação no processo seletivo.

8.11. A Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe reserva-se o direito de alterar o cronograma, bem como promover ajustes neste edital, por motivo de interesse público, mediante prévia divulgação, respeitadas as regras específicas previstas neste edital.

8.12. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Seleção.

Aracaju, 22 de abril de 2026.



**SERGIPE**  
GOVERNO DO ESTADO  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Página:14 de 14

**Gilvanete Barbosa Losilla**

PRESIDENTE DA COMISSÃO

Aracaju, 22 de abril de 2026

## Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocs Sergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: MNPI-ZIMS-8MD7-AGBT



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 22/04/2026 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- GILVANETE BARBOSA LOSILLA \*\*\*58790\*\*\* ESTAGIO - PGE Procuradoria Geral do Estado 22/04/2026 10:36:40 (Docflow)

## ANEXO I - PROGRAMA

### DIREITO CONSTITUCIONAL

1 Teoria da Constituição. 1.1 Constitucionalismo e Neoconstitucionalismo: conceitos, características, classificação, evolução histórica, constitucionalismo e democracia. 1.2 Constituição: conceitos, características, classificação, evolução histórica. 1.3 Teoria do Poder Constituinte. 1.3.1 Poder Constituinte Originário, Derivado e Decorrente: características gerais; reforma e revisão; mutação constitucional; teoria da recepção; emendas à Constituição de 1988 e suas limitações. 1.4 Normas constitucionais: conceito, classificação, função, estrutura. 1.5 Preâmbulo constitucional. 1.6 Disposições constitucionais transitórias. 1.7 Hermenêutica constitucional e interpretação. 1.8 Constituições do Brasil. 2 Controle da constitucionalidade. 2.1 Teoria da inconstitucionalidade da norma. 2.2 Evolução histórica do controle de constitucionalidade. 2.3 Principais sistemas e sua classificação. 2.4 Efeitos e técnicas da decisão. 2.5 O problema da legitimidade democrática do controle. 2.6 O controle de constitucionalidade na Constituição Federal de 1988: controle difuso, concentrado (ação direta de inconstitucionalidade - ADI, ação declaratória de constitucionalidade - ADC, ação direta de inconstitucionalidade por omissão - ADO, arguição de descumprimento de preceito fundamental - ADPF, Lei Federal nº 9.868/1999 e suas alterações e Lei Federal nº 9.882/1999), súmulas vinculantes e recurso extraordinário. 2.7 Controle de constitucionalidade das leis estaduais e municipais. 3 Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. 3.1 Declaração de direitos: histórico; teoria jurídica e teoria política. 3.2 Conceito, natureza e fundamentos. 3.3 Classificação e evolução. 3.4 Características gerais. 3.5 Eficácia horizontal. 3.6 Interpretação, concretização, restrição, eficácia e núcleo essencial. 3.7 Direitos fundamentais e o problema de sua efetivação. 4 Direitos e Princípios Fundamentais na Constituição de 1988. 4.1 Princípios fundamentais. 4.2 Direitos e garantias fundamentais. 4.3 Direitos e deveres individuais e coletivos. 4.4 Direitos sociais. 4.5 Direitos da Nacionalidade e cidadania. 4.6 Direitos políticos e partidos políticos. 4.7 Direitos difusos coletivos e individuais homogêneos. 4.8 Proteção judicial dos direitos fundamentais. 4.9 Ações constitucionais: habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data, ação popular; ação civil pública; ação de improbidade. 5 Organização do Estado. 5.1 Estado Democrático de Direito: fundamentos constitucionais e doutrinários. 5.2 Democracia: conceito, evolução histórica, classificação, características. 5.3 Federalismo: soberania e autonomia do Estado federal, conceito, sistemas de repartição de competência, direito comparado, princípio da simetria constitucional; poder constituinte estadual e municipal; sistemas de gerenciamento constitucional das crises. 5.4 União, estados, municípios, Distrito Federal e territórios. 5.5 Organização Político-Administrativa do Estado Brasileiro. 5.6 Repartição de Competências na Constituição de 1988. 5.7 Intervenção Federal e Estadual. 6 Organização dos Poderes. 6.1

Princípio da separação dos poderes: conceito, evolução histórica, direito comparado. 6.2 Poder Executivo: estrutura, atribuições e competências; administração pública e seus princípios na Constituição de 1988; servidores públicos civis; presidencialismo e parlamentarismo; presidente da República (poder regulamentar e medidas provisórias) e ministro de Estado; crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. 6.3 Poder Legislativo: estrutura, organização, atribuições, membros, prerrogativas, vedações e imunidades; comissões parlamentares; processo legislativo; controle interno e externo dos poderes; Tribunal de Contas. 6.4 Poder Judiciário: membros, prerrogativas, vedações, atribuições; estrutura e organização; Conselho Nacional de Justiça; tribunais e juízes. 6.5 Conselho da República e Conselho de Defesa. 7 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 7.1 Estado de sítio e de defesa. 7.2 Forças Armadas. 7.3 Segurança Pública. 8 Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Advocacia. 9 Sistema Tributário Nacional e Finanças Públicas. 10 Ordem econômica e financeira. 10.1 Princípios gerais da atividade econômica. 10.2 Política urbana. 10.3 Política agrícola e fundiária e reforma agrária. 11 Ordem social. 11.1 Seguridade Social. 11.1.1 Saúde. 11.1.2 Previdência. 11.1.3 Assistência Social.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1. Direito Administrativo: conceito, interpretação e aplicação. Princípios informativos. Regime jurídico-administrativo. Evolução do papel do Estado. 2. A Constituição Federal e os princípios da Administração Pública. Princípios reconhecidos em legislação infraconstitucional, pela doutrina e pela jurisprudência. Interpretação do direito administrativo. Normas sobre interpretação do direito público na Lei de Introdução ao Direito Brasileiro. 3. Organização do Estado e da Administração. Órgãos e agentes públicos. Governo e administração. Independência entre poderes e função administrativa. 4. Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso de poder. Poderes administrativos. Poder discricionário. Poderes decorrentes da hierarquia. Poder disciplinar. Poder normativo. Poder de polícia. Modalidades. Deveres dos administradores públicos. 5. Poder de polícia: evolução, conceito, competência, fundamentos, atributos, finalidade, âmbito de incidência, características, limites e meios de atuação. Poder de polícia e direitos fundamentais. 6. Estrutura da Administração. Centralização, descentralização e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações. Agências. 7. Regime jurídico empresarial do Estado. Atuação do Estado no domínio econômico. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Estatuto das empresas estatais. Lei Federal nº 13.303/2016. Regime financeiro das estatais. Regras de governança e tratamento diferenciado para as empresas estatais de menor porte. 8. Serviços públicos: conceito, características, classificação, titularidade (competência), princípios, remuneração, usuários, formas de execução. Prestação centralizada

e descentralizada de serviços públicos. Concessão, permissão e autorização de serviços públicos. Lei Federal nº 8.987/1995. Lei Federal nº 13.448/2017. Lei Federal nº 13.726/2018. Racionalização dos serviços públicos. 9. Atividade regulatória do Estado. Regulação. Desregulação. Autorregulação. Corregulação. Entidades da regulação no Brasil. Operacionalização técnica e eficiência administrativa. Interação operacional entre as agências reguladoras federais e as agências reguladoras ou os órgãos de regulação estaduais. A regulação de novas tecnologias. Programas de ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório). Declaração de Direitos de Liberdade Econômica. Garantias de livre iniciativa. Análise de impacto regulatório. Lei Federal nº 13.874/2019. 10. Ato administrativo: conceito, elementos, requisitos de validade, atributos (características), formação e efeitos, classificação. Silêncio administrativo. Vinculação e discricionariedade. Atos administrativos em espécie. Desconstituição dos atos administrativos: extinção, invalidação e revogação. Vícios. Convalidação. Prescrição e decadência. 11. Licitação: conceito, natureza jurídica, fundamentos e objeto. Princípios. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Modalidades de licitação. Procedimento. Anulação e revogação. Recursos administrativos. Contrato administrativo: conceito, características, espécies, formalização, modificação, prorrogação, renovação, inexecução e extinção. Requisitos de validade. Execução. Cláusulas exorbitantes. Áreas contratuais. Equação econômico-financeira. Lei Federal nº 8.666/1993. Lei Federal nº 14.133/2021. Arbitragem nos contratos administrativos e métodos alternativos de solução de conflitos. 12. Contratação de soluções inovadoras pelo Estado. Lei Complementar Federal nº 182/2021. 13. Setor público não estatal. Paraestatais e entes de colaboração. Formas de parceria com a iniciativa privada (segundo setor e terceiro setor). Parcerias sociais. Lei Federal nº 13.019/2014. Contrato de gestão. Organizações Sociais (OSs). Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Serviços sociais autônomos. Convênios. Consórcios Públicos. Parcerias públicoprivadas. Lei Federal nº 11.079/2004. Concessões patrocinadas e administrativas. 14. Agentes públicos: conceito, classificação e agentes de fato. Servidores públicos: conceito, características e classificação. Regimes jurídicos funcionais. Organização funcional: quadro de pessoal, cargos, empregos e funções públicas. Classificação dos cargos. Criação, transformação e extinção de cargos. Provimento. Investidura. Reingresso. Vacância. Direitos, deveres e vantagens. Regime constitucional dos servidores públicos: concurso público, acessibilidade, acumulação de cargos e funções, estabilidade, disponibilidade, mandato eletivo, sistema constitucional de remuneração e teto, associação sindical e direito de greve. Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Sergipe (Lei Estadual nº 2.148/1977). Contratação de servidores temporários. 15. Responsabilidade dos servidores públicos. Responsabilidade civil, penal e administrativa. Efeitos da decisão penal nas esferas civil e administrativa. Responsabilidade por improbidade administrativa. Lei federal nº 8.429/1992. 16. Processo

administrativo: conceito, finalidades, modalidades, princípios, garantias processuais e procedimentos (Lei estadual nº 6.161/2000). Direito disciplinar. Sindicância. Processo administrativo disciplinar. 17. Responsabilidade civil do Estado: origem, evolução, teorias, disciplina constitucional. Aplicação da responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por atos legislativos. Responsabilidade por atos judiciais. Reparação do dano. Direito de regresso. 18. Bens públicos. Domínio público. Classificação dos bens, afetação e desafetação, regime jurídico, aquisição, uso (gestão), administração e alienação. Espécies de bens públicos. 19. Intervenção do Estado na propriedade privada: fundamentos, modalidades, limitações administrativas, ocupação temporária, requisição administrativa, tombamento, servidão administrativa. 20. Desapropriação: conceito, natureza jurídica, pressupostos, fontes normativas e espécies, objeto, forma de aquisição, competência, destinação dos bens desapropriados, fase declaratória, fase executória. Ação de desapropriação. Indenização. Desistência da desapropriação. Desapropriação indireta. Direito de extensão. Retrocessão. Desapropriação rural e confiscatória. Decreto-lei Federal nº 3.365/41. Lei Federal nº 4.132/62. 21. Controle da Administração Pública: conceito, objetivo, natureza jurídica, classificação. Controle político e administrativo. Controle administrativo: conceito, objetivo, meios de controle, recursos administrativos, coisa julgada, prescrição, processo administrativo. Fiscalização hierárquica. Sistema integrado de controle interno. Fiscalização financeira e orçamentária. Controle legislativo. Tribunal de Contas do Estado. Controle judicial. Normas sobre atuação da Fazenda Pública em Juízo. Lei de proteção do usuário de serviços público - Lei Federal nº 13.460/2017. 22. Acesso à informação. Lei Federal nº 12.527/2011. Anticorrupção Empresarial. Acordos de leniência. Lei Federal nº 12.846/2013. 23. Tratamento de dados pelo Poder Público e sanções administrativas na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018). Compartilhamento de dados no âmbito da Administração Pública.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. Sistema Tributário Nacional. 1.1 Conceito. 1.2 Relação do direito tributário com o direito financeiro e com os demais ramos do direito. 1.3 Fontes. 1.4 Princípios do direito tributário. 1.5 Limitações do poder de tributar. 1.6 Repartição das receitas tributárias. 2 Tributo. 2.1 Conceito. 2.2 Natureza jurídica. 2.3 Espécies. 2.4 Imposto. 2.5 Taxa. 2.6 Contribuição de melhoria. 2.7 Empréstimo compulsório. 2.8 Contribuições. 3 Competência tributária. 3.1 Classificação. 3.2 Exercício da competência tributária. 3.3 Capacidade tributária ativa. 3.4 Imunidade tributária. 3.5 Distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 3.6 Imunidades em espécie. 4 Fontes do direito tributário. 4.1 Constituição Federal. 4.2 Leis complementares. 4.3 Leis ordinárias e atos equivalentes. 4.4 Tratados internacionais. 4.5 Atos do Poder Executivo federal com força de lei material. 4.6 Atos exclusivos do Poder Legislativo. 4.7 Convênios. 4.8 Decretos

regulamentares. 4.9 Normas complementares. 5 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 6 Obrigação tributária. 6.1 Obrigação principal e acessória. 6.2 Fato gerador. 6.3 Sujeito ativo. 6.4 Sujeito passivo. 6.5 Solidariedade. 6.6 Capacidade tributária. 6.7 Domicílio tributário. 6.8 Responsabilidade tributária. 6.9 Responsabilidade dos sucessores. 6.10 Responsabilidade de terceiros. 6.11 Responsabilidade por infrações. 7 Crédito tributário. 7.1 Constituição de crédito tributário. 7.2 Lançamento. 7.3 Modalidades de lançamento. 7.4 Suspensão do crédito tributário. 7.5 Extinção do crédito tributário. 7.6 Exclusão de crédito tributário. 7.7 Garantias e privilégios do crédito tributário. 8 Administração tributária. 8.1 Fiscalização. 8.2 Dívida ativa. 8.3 Certidões negativas. 9 Impostos da União. 10 Impostos dos estados e do Distrito Federal. 10.1 Lei Complementar Federal nº 87/1996 e suas alterações. 11 ICMS: obrigação tributária principal; fato gerador; base de cálculo; alíquotas; não cumulatividade e crédito fisco-contábil; apuração e prazo de recolhimento; sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária e responsável tributário; substituição tributária; isenção. 12 Impostos dos municípios. 13 Processo administrativo tributário. 16 Processo judicial tributário. 16.1 Ação de execução fiscal. 16.2 Lei Federal nº 6.830/1980 e suas alterações (Execução Fiscal). 16.3 Ação cautelar fiscal. 16.4 Ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária. 16.5 Ação anulatória de débito fiscal. 16.6 Mandado de segurança. 16.7 Ação de repetição de indébito. 16.8 Ação de consignação em pagamento. 16.9 Ações de controle de constitucionalidade. 16.10 Ação civil pública. 17 Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1. Direito Processual Civil: conceito, natureza e relações com outros ramos do Direito. 2. Tutela constitucional do processo. Princípios constitucionais e informativos do processo civil. 3. Normas e princípios fundamentais do processo civil. Aplicação e interpretação das normas processuais em geral, no tempo e no espaço. Direito intertemporal e direito adquirido processual. 4. Teoria da ação: elementos, condições, tipologia das ações. 5. Jurisdição e competência: conceituação. Função jurisdicional: limites da jurisdição nacional, cooperação internacional. Competência interna e cooperação nacional. 6. Processo. Relação jurídica processual. Pressupostos processuais de existência, validade e negativos. 7. Sujeitos do processo. Partes e procuradores: capacidade e deveres. Litisconsórcio. Juiz e auxiliares da Justiça: poderes, deveres e responsabilidade. Impedimentos e suspeição. Ministério Público. Defensoria Pública. Advocacia pública. Prerrogativas da Fazenda Pública em Juízo. Representação processual das pessoas jurídicas de direito público. 8. Honorários sucumbenciais, despesas, custas e multas processuais em geral e em relação à Fazenda Pública. 9. Modalidades de intervenção de terceiros. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Assistência simples e litisconsorcial. Desconsideração

da personalidade jurídica. Amicus curiae. 10. Atos processuais. Forma, tempo e lugar dos atos processuais. Prazos: verificação, natureza e contagem. Preclusão. Comunicação dos atos processuais. Citação e intimação. Nulidades: conceituação e classificação. Distribuição e registro. Valor da causa. 11. Tutelas provisórias: conceituação e características. Tutela de urgência. Tutela antecipada e tutela cautelar requeridas em caráter antecedente. Tutela da evidência. Tutela provisória contra o Poder Público. 12. Formação, suspensão e extinção do processo. 13. Procedimento comum: petição inicial: requisitos, emenda e indeferimento. A improcedência liminar do pedido. 14. Audiência de conciliação e mediação. 15. Respostas do réu: contestação, reconvenção e revelia. 16. Fase ordinatória. Providências de saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. 17. Audiência de instrução e julgamento. 18. Provas. Teoria da prova. A distribuição dos ônus probatório. Ações probatórias autônomas. Produção antecipada de prova. 19. Ata notarial, depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa. Prova documental: força probante, arguição de falsidade, produção e documentos eletrônicos. Prova testemunhal: admissibilidade, valor e produção. Prova pericial. Inspeção judicial. 20. Atos do juiz. Decisão interlocutória. Sentença. Elementos e efeitos da sentença. Remessa necessária. Julgamento das ações relativas a prestações de fazer, não fazer e entregar coisa. 21. Coisa julgada. Conceito. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada. Eficácia preclusiva da coisa julgada. Efeitos da coisa julgada. 22. Liquidação de sentença. 23. Cumprimento de sentença. Sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa: cumprimentos provisório e definitivo. Sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de prestar alimentos. Sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa. 24. Procedimentos especiais. Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e demarcação de terras particulares. Ação de dissolução parcial de sociedade. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ação Monitória. Restauração de autos. Procedimentos de jurisdição voluntária. 25. Processo de execução. Execução em geral. Partes e competência. Requisitos da execução. Responsabilidade patrimonial. 26. Execuções em espécie: obrigações de entrega de coisa, obrigações de fazer ou de não fazer, execuções por quantia certa, execuções contra a Fazenda Pública, execução de alimentos. Embargos à execução. Suspensão e extinção das execuções. 27. Responsabilidade patrimonial. Penhora, depósito e avaliação. Impenhorabilidade. 28. A expropriação de bens e a satisfação do crédito. 29. Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais. Teoria geral dos recursos: conceito, classificações, juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Duplo grau de jurisdição. Efeitos dos recursos. Recurso adesivo. Ordem dos processos no tribunal. Deveres e poderes do relator. Teoria do precedente. Precedentes vinculantes. 30. Processos e incidentes de competência originária nos tribunais.

Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisões estrangeiras e concessão de exequatur à carta rogatória. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação. 31. Recursos ordinários em espécie: apelação, agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração. Disposições comuns e específicas. 32. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça. Recurso ordinário constitucional. Requisitos específicos dos recursos a tribunais superiores. Ôbices de admissibilidade. Emenda Constitucional nº 125, de 14 de julho de 2022 - Arguição de relevância. Súmulas do STJ e do STF em matéria recursal. Recurso Extraordinário e Recurso Especial. Julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. Agravo em Recurso Especial e Recurso Extraordinário. Embargos de Divergência. 33. Direito processual coletivo. Conceito e princípios das tutelas coletivas. Regramento da competência. Conexão e litispendência. Legitimidade ad causam. Inquérito civil. Compromisso de ajustamento de conduta: autorizados a celebrar, conteúdo, limites, efeitos e sua execução. Especificidades do processo coletivo: intervenção de terceiros, liquidação e execução de sentença, coisa julgada e reexame necessário. 34. Ação civil pública. Ritos e medidas antecipatórias na proteção da probidade administrativa, patrimônio público, consumidor e meio ambiente. Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90). Ação de ressarcimento ao erário. 35. Juizados especiais cíveis e da Fazenda Pública. 36. Prescrição das ações contra a Fazenda Pública e suas dívidas (Decreto Federal nº 20.910/1932 e Decreto-lei Federal nº 4.597/1942). 36. Ações constitucionais. Mandado de Segurança individual e coletivo (Lei Federal nº 12.016/09). Mandado de injunção. Ação popular. Habeas data. 37. Ação Popular (Lei Federal nº 4.717/65); 38. Processo judicial eletrônico. Informatização do processo judicial. 39. A mediação e a autocomposição de conflitos (Lei Federal nº 13.140/15).

## **DIREITO CIVIL**

1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Direito objetivo. Normas jurídicas. Fontes do direito. Vigência, eficácia, aplicação, hierarquia e revogação. Interpretação das leis. Conflito intertemporal e interespacial de leis. Direito subjetivo. Direito potestativo. Faculdade. Poder. Interesse legítimo. Status. Ônus. Sujeição. Direito adquirido e expectativa de direito. 2. Relações entre a Constituição e o Código Civil. 3. As pessoas como sujeitos da relação jurídica: conceito e classificação. Pessoas naturais. Pessoas jurídicas. Registro civil. Desconsideração da personalidade jurídica. Domicílio e residência. 4. Os bens como objeto da relação jurídica. Bens, patrimônio e esfera jurídica. Diferentes classes de bens. 5. Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Prescrição e decadência. Prescrição e Fazenda Pública. Prova. 6. Obrigações. Modalidades das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Perdas e danos. Juros. Atualização monetária. Cláusula penal. Caso fortuito

e força maior. Obrigações por atos ilícitos. 7. Contratos em geral. Princípios contratuais. Várias espécies de contrato. Função social do contrato. Boa-fé objetiva. Equilíbrio contratual. Teoria da imprevisão. Onerosidade excessiva. Formação e interpretação dos contratos. Contrato preliminar. Extinção dos contratos. Responsabilidade pré-contratual e pós-contratual. Classificação dos contratos. Atos unilaterais. Títulos de crédito. Preferências e privilégios creditórios. 8. Responsabilidade civil. Definição. Evolução histórica. Fundamentos e pressupostos. Espécies e efeitos da responsabilidade civil. Repercussão civil da decisão prolatada em processo criminal. Diferenças entre responsabilidades civil, penal e administrativa. Responsabilidade em decorrência do dano ambiental. Danos patrimoniais e extrapatrimoniais. 9. Coisas. Posse: conceito, noções gerais e classificação. Teorias acerca da natureza jurídica da posse. Aquisição e perda. Efeitos da posse. Usucapião. Direitos reais. Propriedade. Restrições ao uso da propriedade. Superfície. Servidões. Usufruto. Uso. Habitação. Direito do promitente comprador. Penhor, anticrese e hipoteca. Multipropriedade imobiliária. Propriedade fiduciária. Alienação fiduciária de bens móveis e imóveis.

#### **DIREITO EMPRESARIAL**

1. Do Direito de Empresa. Do Empresário. Da caracterização e da inscrição. Da capacidade. Sociedade limitada unipessoal. Estabelecimento empresarial. Institutos complementares. 2. Da Sociedade. Disposições gerais. Da sociedade não personificada. Da sociedade personificada. Da sociedade simples. Da sociedade em nome coletivo. Da sociedade em comandita simples. Da sociedade limitada. Da sociedade anônima. Da sociedade em comandita por ações. Da sociedade cooperativa. Das sociedades coligadas. 3. Da liquidação da sociedade. Da transformação, da incorporação, da fusão e da cisão das sociedades. 4. Da Recuperação Judicial, Extrajudicial e a Falência do Empresário e da Sociedade Empresária (Lei Federal nº 11.101/2005).

#### **DIREITO DO TRABALHO**

1. Direito do Trabalho: natureza. Conteúdo. Fontes. Interpretação, integração e aplicação. Princípios Gerais do Direito do Trabalho. Indisponibilidade e irrenunciabilidade dos direitos. Fraude à lei. Direito constitucional do trabalho. Reforma trabalhista. Lei Federal nº 13.467/2017. 2. Relação de trabalho e relação de emprego. Diferenças e semelhanças. 3. Contrato individual de trabalho: denominação. Natureza jurídica. Conceito, classificação e caracterização. Identificação profissional. Trabalho voluntário. Morfologia do contrato. Elementos integrantes da relação de emprego: essenciais, naturais e acidentais. Definições legais de empregado e empregador. 4. Efeitos do contrato de trabalho: direitos, deveres e obrigações das partes. Efeitos próprios e efeitos conexos (direitos intelectuais e invenções do empregado). Dano material e dano moral individual e coletivo: caracterização, conceito e aferição. Dano existencial: caracterização, conceito e reparação. Dano biológico. Indenização por danos extrapatrimoniais e materiais trabalhistas. 5. Modalidades de contratos de trabalho.

Tipos de contratos a termo. Contrato de experiência e período de experiência. Contrato de trabalho e contratos afins. Diferenças entre contratos de trabalho e locação de serviços, facção, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria. Trabalhador autônomo. Pré-contratações: requisitos para configuração, efeitos, direitos decorrentes, hipótese de perdas e danos. 6. Formas de invalidade do contrato de trabalho. Nulidades: total e parcial. Absoluta e relativa. Efeitos da declaração de nulidade. Trabalho lícito e trabalho proibido. 7. Empregado. Conceito e espécies. Empregado público. Estagiário. Aprendiz. 8. Empregador. Conceito e caracterização. Poderes diretivo, regulamentar, fiscalizador e disciplinar. Limites ao poder potestativo. Empresa e estabelecimento. Solidariedade de empresas e Sucessão trabalhista. Terceirização e intermediação de mão-de-obra no Direito do Trabalho. Terceirização lícita e ilícita. Trabalho temporário. Entes estatais e terceirização. Responsabilidade na terceirização. Responsabilidade empresarial e pessoal (Teoria da desconsideração da personalidade jurídica). 9. Jornada de trabalho: delimitações. Jornadas especiais de trabalho. Horário de trabalho. Trabalho noturno e extraordinário. Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas (banco de horas). Horas in itinere. Empregados excluídos do direito às horas extras. Intervalos para descanso. Repouso semanal remunerado e feriados. Férias. Trabalho em regime de revezamento e em regime de tempo parcial. 10. Remuneração e salário: conceito, distinções. Salário mínimo, piso salarial. Gorjetas. Caracteres e classificação do salário. Composição do salário. Modalidades de salário. Adicionais. Gratificação. Comissões. 13º salário. Parcelas não-salariais. Salário e indenização. Salário in natura e utilidades não-salariais. Equiparação salarial: enquadramento legal, exceções ao direito a equiparação salarial e requisitos para definição. Desvio de função. Quadro de carreira e Plano de cargos e salários. 11. Interrupção e suspensão do contrato de trabalho: conceito, caracterização, distinções e efeitos. Situações tipificadas e controvertidas. 12. Alteração do contrato de trabalho. Alteração unilateral e bilateral, subjetiva e objetiva. Transferência do empregado. Remoção. Cessão. Reversão. Promoção e rebaixamento. Alteração de horário e da jornada de trabalho. Redução de remuneração. Jus variandi. Jus resistentiae. 13. Cessaçao do contrato de trabalho: causas, modalidades, efeitos e procedimentos. Obrigações e direitos decorrentes da cessação do contrato de trabalho. 14. Aviso prévio. FGTS. Estabilidade e garantias provisórias no emprego: conceito, caracterização e distinção. Dispensa abusiva. Formas de estabilidade. Teoria da nulidade da despedida arbitrária. Renúncia à estabilidade. Homologação. Despedida de empregado estável. Readmissão e reintegração. Direito à indenização. Despedida obstativa. 15. Empregados públicos na Administração direta e indireta. Contrato de trabalho do servidor público. Princípios trabalhistas e administrativos aplicáveis. Contrato por termo determinado. Cargos e funções comissionadas. Estabilidade do servidor público celetista. 16. Segurança e medicina do trabalho. Meio ambiente laboral. Insalubridade e Periculosidade. Acidente do trabalho e

doenças ocupacionais: caracterização e responsabilidade jurídica. Trabalho da mulher e do menor. 17. Responsabilidade civil e as relações de trabalho. Dano moral individual e coletivo no campo das relações trabalhistas: caracterização, conceito e reparação. As relações de trabalho no âmbito de ajustes de parceria celebrados pelo Poder Público com as entidades do Terceiro Setor. 18. Direito Coletivo do Trabalho: Princípios. Sindicalização. Receitas do Sindicato. Negociação coletiva e flexibilização. Acordo coletivo. Convenção coletiva e contrato coletivo de trabalho. Vigência, duração, efeitos e extensão dos instrumentos normativos. Arbitragem e mediação. Greve no serviço público. Lockout. 19. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho.

#### **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

1. Direito Processual do Trabalho. Princípios. Autonomia. Interpretação, integração e eficácia das normas. Ação trabalhista. Partes e procuradores. Capacidade. Representação e assistência. Substituição processual e litisconsórcio ativo e passivo. 2. Atos, termos e prazos processuais. Nulidades. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil. Comissão de Conciliação Prévia. 3. Organização judiciária do trabalho: jurisdição e competência. 4. Dissídio coletivo: conceito, classificação, competência, instauração, legitimidade, prazo e procedimento. Revelia. Sentença normativa: efeitos e vigência. Extensão das decisões e revisão. Ação de cumprimento. Recursos cabíveis. Mediação e arbitragem. 5. Dissídio individual: procedimento comum. Petição inicial. Audiência. Revelia e confissão. Resposta do réu. Exceções. Reconvenção. Provas e suspensão do processo. Sentença e coisa julgada. Nulidades da sentença. Termo de conciliação e seus efeitos perante as partes, terceiros e INSS. Prerrogativas da Fazenda Pública. Sistema recursal trabalhista: princípios e procedimentos. Teoria geral dos recursos. Efeitos dos recursos e pressupostos recursais. Juízos de admissibilidade e de mérito. Recurso de ofício. Direito intertemporal. Duplo grau de jurisdição. Recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST e embargos de declaração. Recurso adesivo. Recurso de revista repetitivo. Agravo regimental. Recurso Extraordinário. Princípios. Efeitos. Teoria da causa madura. Arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público. Uniformização de jurisprudência. Precedentes. Mecanismos para controle da aplicação dos precedentes. Julgamento de casos repetitivos. Incidentes processuais: Incidente de resolução de demandas repetitivas nos TRTs e no TST. Incidente de assunção de competência no Processo do Trabalho. Precedente judicial. Força vinculante da jurisprudência dos Tribunais. 6. Liquidação de sentença e execução trabalhista. Execução provisória e definitiva. Cumprimento de sentença. Exceção de pré-executividade. Execução em face da Fazenda Pública: precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs). Execução das contribuições previdenciárias: competência, alcance e procedimento. 7. Tutela provisória na Justiça do Trabalho. Tutelas de urgência e de evidência: conceito, espécies, pressupostos.

Estabilização da tutela provisória. Tutela antecedente e incidente. Tutelas satisfativas. 8. Ação rescisória no processo do trabalho: cabimento, competência, hipóteses de admissibilidade, legitimidade, requisitos. Revelia. Juízo rescindente e juízo rescisório. Prazo. Procedimento e recurso. Ação anulatória de sentença (querela nullitatis). Ações constitucionais e cíveis admissíveis no processo do trabalho. 9. Ação civil pública. Ação civil coletiva. Legitimados, substituição processual, condenação genérica e liquidação. Coisa julgada e litispendência. 10. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho. Causas de interrupção, impedimento e suspensão. Momento da arguição. Prescrição intercorrente. 11. Responsabilidade solidária e subsidiária na Justiça do Trabalho. 12. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho.

## **DIREITO AMBIENTAL**

1. Direito ambiental constitucional. Meio ambiente como direito fundamental. Princípios estruturantes do estado de direito ambiental. Competências ambientais legislativa e material. Deveres ambientais. 2. Instrumentos jurisdicionais. Ação civil pública, ação penal pública, mandado de segurança individual e coletivo, ação popular, mandado de injunção ambiental. Função ambiental pública e privada. Função social da propriedade. Art. 225 da Constituição Federal de 1988. 3. Conceito de meio ambiente e seus aspectos. 4. Princípios de direito ambiental. Prevenção, precaução, poluidor-pagador e usuário-pagador, cooperação, informação, participação, equidade intergeracional. Princípios da tutela do patrimônio cultural. Cooperação, solidariedade, participação e informação, preservação do sítio e proteção do entorno, uso compatível com a natureza do bem, pró-monumento, valorização sustentável. 5. Política Nacional de Meio Ambiente. Objetivos. Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos). SISNAMA: estrutura e funcionamento. Lei Federal nº 6.938/1981 e suas alterações. Decreto Federal nº 99.274/1990. Resolução do CONAMA nº 1/1986 e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA). Resolução do CONAMA nº 237/1997 (Licenciamento Ambiental). Resolução do CONAMA nº 378/2006 e suas alterações (empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional). 6. Recursos hídricos. 6.1. Lei Federal nº 9.433/1997 e suas alterações (Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos). Resolução do CNRH nº 16/2001. Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). 7. Recursos florestais. Lei Federal nº 12.651/2012 e suas alterações. Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e nº 303/2002 e suas alterações. Lei Federal nº 11.284/2006 e suas alterações (gestão de florestas públicas). Significado de gestão e de concessão florestal. 8. Espaços territoriais especialmente protegidos. Áreas de preservação permanente e reserva legal. Lei Federal nº 9.985/2000 (SNUC). Tipos de unidades, objetivos e categorias. 9. Política urbana. Diretrizes, instrumentos e competência. Artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Lei Federal nº 10.257/2001. 10. Responsabilidades. Efeito, impacto e dano ambiental. Poluição.

Responsabilidade administrativa, civil e penal. Tutela processual. STF, STJ e tribunais de justiça estaduais. Crimes ambientais: espécies e sanções penais previstas. Lei Federal nº 9.605/1998 e suas alterações. Decreto Federal nº 6.514/2008.

#### **DIREITO PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO**

1.1. Regime próprio de previdência dos servidores públicos (Lei Federal nº 9.717/1998). Emenda Constitucional nº 103, de 2019.  
1.2. Segurados e dependentes. 1.2.1. Filiação e inscrição. 1.2.2. Paridade e integralidade. 1.2.3. Espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas. 1.2.4. Reajustamento e revisão. 1.2.5. Prescrição e decadência. 1.2.6. Acumulação de benefícios. 1.2.7. Justificação. 1.2.8. Ações judiciais em matéria previdenciária. 1.2.9. Acidente de trabalho. 1.2.10. Fundos de natureza previdenciária. 1.3. Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira. 1.4. Previdência complementar. 1.5. Lei Complementar Estadual nº 113/2005 e alterações posteriores (regime previdenciário dos servidores do estado de Sergipe).

ANEXO II

DECLARAÇÃO PESSOAL

.....  
.....,  
residente e domiciliado(a) na cidade  
de ..... na  
(rua/avenida) .....,  
....., nº .....,  
bairro ....., CEP .....,  
telefone ....., e-  
mail .....

**DECLARA**, para os devidos fins, nos termos do edital nº 01/2026, da Resolução nº 04/2025 da Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe, que:

- I - encontra-se regularmente matriculado(a) em curso de pós-graduação em Direito, em instituição de ensino superior oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, que possui convênio vigente com a Procuradoria-Geral do Estado de Sergipe, nos termos da regulamentação interna;
- II - possui disponibilidade para cumprimento da carga horária do estágio, preferencialmente no turno da tarde;
- III - não exerce estágio ou atividade incompatível com o exercício das funções na Procuradoria-Geral do Estado, ou, caso exerça, compromete-se a adequar sua situação antes da assinatura do Termo de Compromisso;
- IV - compromete-se a cumprir fielmente as atividades que lhe forem delegadas, observando as normas internas da Procuradoria-Geral do Estado;
- V - tem ciência de que o estágio não gera vínculo empregatício de qualquer natureza;
- VI - tem ciência de que suas atividades serão desenvolvidas sob supervisão de Procurador do Estado, sendo vedada a prática de atos privativos, especialmente aqueles que impliquem representação judicial ou administrativa do Estado;
- VII - declara, sob as penalidades legais, não possuir antecedentes criminais.

Aracaju,..... de ..... de .....  
(Local e data)

.....  
Assinatura do(a) estagiário(a)

ANEXO III

EDITAL Nº 001/2026 - PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE

**1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

Nome completo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

**2. TIPO DE RECURSO**

- Gabarito da prova objetiva
- Resultado provisório da prova objetiva
- Resultado provisório da prova discursiva
- Resultado final provisório

**3. INDICAÇÃO DA QUESTÃO (quando aplicável)**

Disciplina: \_\_\_\_\_

Número da questão: \_\_\_\_\_

**4. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO**

(Descrever de forma clara, objetiva e fundamentada as razões do recurso)

**5. REFERÊNCIAS (opcional)**

(Indicar legislação, doutrina ou jurisprudência que fundamenta o recurso)

**6. ORIENTAÇÕES**

6.1 O recurso deverá ser apresentado de forma individualizada por questão e devidamente fundamentado.

6.2 Recursos sem fundamentação ou apresentados em desacordo com o edital não serão conhecidos.

6.3 O envio deverá ser realizado exclusivamente para o e-mail [concursoestagio@pge.se.gov.br](mailto:concursoestagio@pge.se.gov.br), no prazo previsto no item 5 do edital.

6.4 Anulada uma questão, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

6.5 O resultado do julgamento dos recursos será divulgado nos endereços eletrônicos [pge.se.gov.br](http://pge.se.gov.br) e [concursos.pge.se.gov.br](http://concursos.pge.se.gov.br).

Aracaju,..... de ..... de .....  
(Local e data)

.....  
Assinatura do(a) estagiário(a)